CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 119/87

INTERESSADA : LILIAN RODRIGUES LIMA E OUTROS

ASSUNTO : Regularização de vida escolar dos alunos Vladimir de Lima, Renata Aparecida Cheni e Viviane Périgo - EEPG "Maria Iracema Munhoz" (Recurso).

RELATOR : CONS. UBIRATAN D'AMBRÓSIO

PARECER CEE Nº 1762/87 APROVADO EM 02/12/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO

As senhoras Lílian Rodrigues de Lima, Lúcia Aparecida Cheni e Valquíria Rosária Périgo, respectivamente, mães dos menores Vladimir Rodrigues de Lima, Renata Aparecida Cheni e Viviane Périgo, recorrem ao Conselho Estadual de Educação solicitando reconsideração da decisão do Conselho de classe da EEPG "Maria Iracema Munhoz" que manteve o conceito-final atribuído pela professora de Português, após estudos de recuperação e consequente retenção dos seus filhos.

Em suas petições, distintas, expõem os seguintes dados comuns:-

- inicialmente, aos 17/12/86, solicitaram reconsideração da reprovação junto à escola e obtiveram, aos 07/01/87, resposta que confirmou a posição da professora;

- recorreram à Delegacia de Ensino de São Bernardo do Campo e não obtendo manifestação satisfatória, dirigiram-se ao Conselho Estadual de Educação;

- a Professora propôs um trabalho em grupo sobre Concordância Nominal e Verbal, ao qual não atribuiria nota, porém o considerou para promoção de alunos que durante o ano letivo tiveram três médias bimestrais favoráveis e uma abaixo da média, não fazendo o mesmo com os interessados, principalmente Vladimir de Lima Júnior;

- foi-lhes negado pela professora revisão e comparação das provas de recuperação e das redações;

- não houve reunião no 3º bimestre para participação aos pais da situação de seus filhos e orientação com vistas às expectativas da escola para promoção dos alunos;

- a postura rigorosa da professora, em sala, não favoreceu a instalação de uma interação positiva entre aluno e professor, facilitando a aprendizagem. Houve reclamações sobre isso, no início do ano, e a referida professora tornou-se mais flexível;

- no sistema de correção de provas a professora usava sinais acompanhando as menções: - C+, C-, D+, D etc...

Particularmente, acrescentaram: VLADIMIR DE LIMA JÚNIOR -

apresentou, no 4º bimestre, redação para aumentar seu conceito, porém a

professora não a aceitou pois julgou ser cópia e não trabalho original; a mãe argumenta que o envolvimento de um aluno em pesquisa, pode "torná-lo mais apto a pensar objetivamente, a compreender melhor o que significa investigação..."; em uma das avaliações de recuperação, especificamente de análise sintática, a professora avaliou, como meio certas, orações corretamente divididas e analisadas, porque o aluno não indicava as principais (OP), apenas as subordinadas; no entanto, considerou inteiramente corretas, as mesmas orações, analisadas de modo idêntico, em provas anteriores e em provas finais de outros alunos.

RENATA APARECIDA CHENI - a professora alegou não trabalhar com pontos, mas com conceitos, porém prometeu à aluna meio ponto na recuperação, caso precisasse. A redação redigida no período de recuperação foi considerada fraca e confusa pela professora, mas o Sr. Delegado de Ensino de São Bernardo do Campo a julgou de bom nível, após leitura.

VIVIANE PÉRIGO - repetiu as considerações com relação ao relacionamento professora-alunos e solicitou fosse verificada a porcentagem de aproveitamento que a aluna obteve em Português, ao longo do período letivo, em relação aos demais alunos da classe. Confirmou que a professora atribuiu 1 (um) ponto para quem dele necessitava para passar sem recuperação, não o fazendo entretanto para aluna em questão, embora apresentasse o mesmo esquema de pontos e conceitos dos liberados.

Anexadas aos requerimentos dos interessados vieram cópias das atas de reunião do Conselho de Classe, que se reuniu e se manifestou em face do recurso dirigido à escola. Ouvida, a professora da disciplina Português assim argumentou:

- durante o ano letivo de 1986, veio à escola, uma vez por semana, em horário diferente do seu, para atendimento aos alunos necessitados; o interessado Vladimir de Lima Júnior nunca compareceu a estas sessões; - confirmou ter desconsiderado a redação do menor, pois é uma cópia e não criação dele, explicando que o "hábito de leitura" -auxilia a redação, mas a pesquisa a livros e dicionários, para desenvolvê-la, de nada valem; - fez menção aos artigos 77 e 80 da Lei 10.623, esclarecendo que não é hábito seu dar trabalhos ou chamada oral -para "ajudar" a menção final e nem lhe competia a decisão de dar uma prova a mais de recuperação, após o encerramento das médias; - quanto à impropriedade de correção, levantada pelos interessados, expôs que o professor trabalha com etapas e tem um determinado nível de exigência, em face de um primeiro momento de aprendizagem. Nas etapas seguintes, após trabalho de fixação, pode exigir a resposta correta; em vista disso, considerou apenas meio certas as orações em que a Oração Principal não foi discriminada; - com relação ao trabalho de Concordância Nominal e Verbal, esclareceu que este não foi passível de avaliação; seu objetivo

foi apenas rever o conteúdo de 7ª série, e constava no planejamento anual; - propôs que se ouvissem todos os alunos das oitavas séries e não apenas os envolvidos no processo, a fim de que suas explicações fossem cheçadas e confirmadas; novamente, reportou-se ao Decreto-Lei n° 10.623, artigo 75, que determina que avaliação do aproveitamento deve incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem.

Entendeu, a partir daí, "que a avaliação deve incidir sobre o rendimento do aluno em si e não através de comparações com o rendimento de seus colegas de classe". O Conselho de Classe concluiu, à vista das contra-argumentações da professora, que as avaliações foram executadas de acordo com as normas da legislação vigente e votou pela manutenção do conceito final atribuído aos interessados, retendo-os na 8ª série do primeiro grau.

Com estes dados, acrescidos de cópias das redações dos alunos, às fls. 11,20 e 25, foi o expediente protocolado no Conselho Estadual de Educação que, imediatamente, por determinação da senhora Presidenta, encaminhou-o à SE, em diligência, para juntada de elementos para análise e audiência das autoridades da rede.

Por solicitação da senhora Supervisora de Ensino da 2ª DE de São Bernardo do Campo a EEPG, juntou os seguintes elementos ao processo: cópias datilografadas do Conselho de Classe, reunindo extraordinariamente, para opinar a respeito de reconsideração do conceito final dos alunos, objeto do processo; histórico escolar atualizado e fichas individuais dos alunos; documentação referente ao processo de recuperação; plano e provas realizadas; relatório e parecer da direção da escola (de fls. 54 a 79).

A senhora Diretora, às fls. 80, 81 e 82, historiou a situação dos alunos envolvidos no processo, no fim do ano letivo, e considerou infundadas as alegações dos requerentes, pronunciando-se "a favor da decisão da professora e do Conselho de Classe", que considera soberanos. Firmou sua opinião porque, administrativamente, não houve falhas ou omissões da professora e porque se trata de pessoa abnegada, comunicativa, compreensiva e dedicada, carecedendo de fundamento a alegação de que os alunos ficam psicologicamente abalados e perturbados com sua atitude intransigente, que não favorece o diálogo.

De fls. 85 a 91, a Supervisão de Ensino da 2ª DE de S. Bernardo do Campo, após análise dos elementos solicitados e encaminhados, fez as seguintes considerações:-

1. Vladimir de Lima Júnior - 8ª série B - cursou até a 8ª série sem nenhuma retenção, atingindo todos os objetivos em determinadas disciplinas e os essenciais, em outras. Em 1986, obteve em Português,

ao longo do ano letivo, as menções DCCC e como conceito final D, sendo encaminhado para recuperação, onde deveria sanar as dificuldades do 1º bimestre, em que obteve D. Verificou, no entanto, a Supervisão -que foi avaliado, nas provas de recuperação anexadas, confrontadas com o Plano Escolar e Plano de Recuperação, no conteúdo dos 4 (quatro) bimestres. O critério de avaliação da professora é bem rígido e demonstra uma preocupação maior para com o aspectos quantitativos (verso de fls. 68). O aluno em questão obteve nas quatro provas de recuperação D-D-C-C e a Supervisão constatou divergências na correção das mesmas, em prejuízo do interessado:

- o aluno, na prova a respeito de orações coordenadas e subordinadas, deixou de classificar as que seriam as orações principais, porém o enunciado das questões não é explícito quanto ao que solicita;

- com o auxílio da monitora de Língua Portuguesa da 2ª DE de São Bernardo do Campo, analisou as provas do período de recuperação e constatou erros nas questões e correção das mesmas:

a) item 7 da questão B (fls.52) - a oração é subordinada substantiva subjetiva e não objetiva direta, como supõe a professora.

b) item 8 da questão B (fls. 52) - a oração no período "Sou responsável pelo que fizeram eles" - não é substantiva, e sim adjetiva. O aluno dividiu corretamente a oração e a professora alterou erradamente:

c) item C da questão 2 (fls. 51), em que se solicitam os apoios rítmicos dos versos 9º, 10º, 11º e 12º, Vladimir acerta metade da questão, que é totalmente invalidada pela professora. No entanto, considerou correto o mesmo item para a aluna Renata (fls. 42), que acertou apenas 25% da questão;

d) item a, questão 2 (fls. 51), Vladimir faz a escansão dos mesmos. Erra, ao dar nome ao verso com sete sílabas, escrevendo "sexassílabos"; o "saber fazer" é esmagado pela metalinguagem.

2) Renata Aparecida Cheni - transferiu-se para a EEPSPG Maria Iracema Munhoz, em 1986, obtendo em Português, ao longo do ano letivo, os conceitos D-C-C-C e conceito final D. Foi encaminhada para recuperação e, depois, foi aprovada em Matemática, porém retida em Português.

Obteve nas quatro provas de recuperação as menções C-D-D-D na primeira (fls. 40 e 41), de 29 questões, a aluna acertou 18,5 questões e obteve C; na segunda, o resultado foi mesmo insatisfatório; na terceira, da análise de texto (fls.43), a supervisão questionou a alternativa "b" para a questão número "2", julgando que a alternativa "d" também é válida como resposta, o mesmo observando-se com relação à questão nº "9"; na última prova, a redação, resultado "D" não é justo, pois a aluna demonstra dominar satisfatoriamente a Língua Portuguesa. A monitora de Língua Portuguesa

diz que houve incoerência da professora ao julgar, fls. 35/86, inverossímil o texto da aluna ao atribuir-lhe "D", concluindo que o final da redação da aluna é, no mínimo, original. Confrontando-a com a da aluna Viviane (fls. 67) que obteve "C", julgou que esta sim, apresenta passagens inverossímeis, lugares comuns e falhas de pontuação.

3) Viviane Périgo - nunca foi retida ao longo de sua vida escolar e ficou em recuperação em Português com as menções D-C-D-C e conceito final D. Nas provas de recuperação (fls. 62, 63, 64, 65, 66 e 67), obteve D-C-D-C. As mesmas observações sobre as provas acima são válidas para a da aluna em questão. Pela ficha individual, a supervisão observou um certo crescimento em todas as disciplinas, obtendo apenas menção insatisfatória "D", no último bimestre, em Geografia; como seu conceito final, nesta disciplina foi "C, aventa a possibilidade de a escola adotar o sistema de 12 pontos para promoção, sem recuperação.

Pondera a 2ª Delegacia de Ensino de São Bernardo do Campo que o caso dos três alunos demonstra como a dinâmica do procedimento do Conselho de Classe precisa ser revisto, uma vez que acatou a retenção dos alunos, sem examinar minuciosamente suas provas e sem avaliá-los em seu todo, considerando seus dados escolares progressos e suas condições de continuar a escolaridade normalmente. Citou o Parecer CEE 814/86 que reconhece o peso da autonomia do julgamento do professor e da escola ao avaliar um aluno, mas que tal julgamento deve "sempre subordinar-se às exigências mais gerais do respeito à humanidade do educando e do respeito às finalidades do processo educativo"; pronunciou-se favorável à aprovação dos alunos Vladimir de Lima Júnior e Renata Aparecida Cheni, deixando o caso da aluna Viviane Périgo para análise do CEE.

Às folhas de 92 a 99, está anexado o planejamento anual da disciplina Português.

Em nível da DRE-6-SUL, o parecer foi no sentido de reconsiderar a retenção dos três alunos envolvidos no processo, tendo em vista seu bom desempenho (dos alunos) na 8ª série, bem como ao longo do ensino de 1º grau e uma vez que não foram observadas suas dificuldades individuais no período de recuperação.

Através da COGSP, retomaram os autos, então, devidamente instruídos ao Conselho Estadual de Educação.

2. APRECIÇÃO

Trata o presente protocolado de recurso solicitado junto a este órgão pelas mães dos interessados Vladimir de Lima Júnior, Renata Aparecida Cheni e Viviane Périgo, contra a retenção de seus filhos, na oitava série do 1º grau da EEPSPG "Maria Iracema Munhoz", do São Bernardo do Campo, na disciplina_Língua Portuguesa. Inicialmente, recorream à própria

escola e o Conselho de Classe, reunido extraordinariamente, ratificou a decisão anterior. Inconformadas, dirigiram-se à 2ª DE de São Bernardo do Campo, porém, aflitas com o que consideraram demora na resposta, pleitearam a reconsideração da retenção junto ao Conselho Estadual de Educação, que fez os autos baixarem às origens para os devidos depoimentos e esclarecimentos.

Tem sido postura deste órgão, reiterada em inúmeros Pareceres, como por exemplo, nos de n°s 1288/83, 1283/83 e 1542/81, considerar que a função de avaliar é atribuição dos professores assessorados pelos órgãos colegiados da própria escola e pelos orientadores educacionais. Compete a este Colegiado intervir e reconsiderar contra as decisões da escola quando houver provas de: (1) infrigência às normas da legislação vigente no que diz respeito à avaliação e recuperação; (2) falha no processo avaliatório; no que diz respeito aos procedimentos pedagógicos, com indícios de atitude discriminatória em relação ao aluno.

Neste caso, no que tange ao item 1(um), há unanimidade de entendimento na rede quanto à correção da postura da escola e professora, na observação dos dispositivos legais sobre avaliação e recuperação. Seguiram estritamente as normas legais, no que diz respeito ao seu aspecto administrativo, propriamente dito. Citaremos, a seguir, itens dos pressupostos legais sobre a matéria, a fim de equacionar o solicitado:

a) Lei Federal 5692/71, seu artigo 14, determina a competência da escola no processo avaliatório, nos seguintes termos: "Artigo 14 - A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso seja exigida.

§ 2º - O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento."

b) O Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, aprovado, pelo Decreto n° 10.623 de 26-10-77, DOE de 27-10-77,

ao tratar dos Conselhos de Classe e série e da verificação do rendimento escolar, determinou:-

"Artigo 29 - Os Conselhos de série e de classe têm as seguintes atribuições:

I- avaliar o rendimento da classe e confrontar os resultados de aprendizagem relativos aos diferentes componentes curriculares:

- a) analisando os padrões de avaliação utilizados;
- b) identificando os alunos de aproveitamento insuficiente;
- c) identificando as causas do aproveitamento insuficiente;
- d) coletando e utilizando informações sobre as

necessidades, interesses e aptidões dos alunos;

e) elaborando a programação das atividades de recuperação, de aproveitamento e de compensação de ausência;

II- avaliar a conduta da classe:

a) confrontando o relacionamento da classe com os diferentes professores;

b) identificando os alunos de ajustamento insatisfatório à situação da classe e da escola;

c) propondo medidas que visem ao melhor ajustamento do aluno;

III- decidir sobre a promoção do aluno:

a) determinando o conceito final nos casos de discrepância entre as menções finais e bimestrais emitidas pelo professor;

b) determinando a retenção ou acesso a estudos de recuperação, ao final do ano letivo, dos alunos cujas menções indiquem aproveitamento inferior ao mínimo exigido;

c)

d) homologando o conceito definitivo dos alunos submetidos a estudos de recuperação final;

e) opinando sobre os recursos relativos à verificação do rendimento escolar interposto por alunos ou seus responsáveis.

Artigo 30. Os Conselhos de série e os Conselhos de Classe devem reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por bimestre, ou quando convocados pelo Diretor.

Artigo 47 - Os professores, além de outras previstas na legislação, têm as seguintes atribuições:

I -

II-

III-

IV-

V-executar atividades de recuperação de alunos;

VI- colaborar no processo de Orientação Educacional, atuando, inclusive, como Professor Conselheiro de Classe - quando designado na forma deste Regimento;

VII-.

VIII- participar dos Conselhos de Série ou de Classe;

IX- participar do Conselho de Escola quando indicado na forma deste Regimento;

X - manter permanente contato com os pais de alunos ou seus responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento dos mesmos, e obtendo dados de interesse para o processo educativo.

Artigo 75 - A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem, levando em consideração os objetivos visados.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independentemente do respectivo tratamento metodológico e de sua consideração para fins de promoção.

Artigo 76 - Na avaliação do aproveitamento deverão ser utilizados, no decorrer de cada bimestre, dois ou mais instrumentos elaborados pelo professor sob a supervisão do Coordenador Pedagógico ou, na inexistência deste, do Diretor da Escola.

Parágrafo único - Na elaboração dos instrumentos deverá ser observada a norma de preponderância dos aspectos qualitativos.

Artigo 77 - As sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em conceitos refletindo diferenças de desempenho claramente discerníveis, registrados em menções, na seguinte conformidade:

<u>CONCEITO</u>	<u>MENÇÃO</u>	<u>DEFINIÇÃO OPERACIONAL</u>
Excelente	A	o aluno atingiu plenamente todos os objetivos.
Bom	B	o aluno atingiu todos os objetivos.
Satisfatório	C	o aluno atingiu os objetivos essenciais
Sofrível	D	o aluno atingiu parte dos objetivos essenciais
<u>Insatisfatório</u>	<u>E</u>	<u>o aluno não atingiu os objetivos essenciais.</u>

Artigo 78 - Os resultados da avaliação do aproveitamento deverão ser sistematicamente registrados, analisados com o aluno, e sintetizados num conceito único, bimestralmente enviado à Secretaria e comunicado aos pais ou responsáveis.

Artigo 79 - A verificação do rendimento do aluno em conteúdos específicos, será efetuada globalmente, quer quanto ao aproveitamento, quer quanto à apuração de assiduidade.

Artigo 80 - Ao término do ano letivo, o professor atribuirá um dos conceitos enumerados no artigo 77 que expressará seu julgamento final sobre a condição de o aluno prosseguir estudos na série subsequente, ou obter certificado.....

§ 1º

§ 2º O conceito final refletirá o desempenho de cada aluno ao longo do ano letivo.

.....

Artigo 86 - Os alunos de aproveitamentos e/ou frequencia insuficientes serão submetidos a estudos de recuperação.

Artigo 87 - A época a duração e a sistemática do processo de recuperação deverão ser especificadas no Plano Escolar.

Artigo 88 - Os resultados dos estudos de reucuperação que se realizarem no decorrer do ano letivo integrarão a avaliação do bimestre em curso.

Artigo 89 - Os resultados dos estudos de recuperação Final deverão integrar os obtidos durante o ano letivo, traduzindo

em um conceito final definitivo que expresse globalmente o desempenho do aluno.

Artigo 91 - Os Conselho de Série e de Classe deverão:

I - bimestralmente, programar as atividades de recuperação e de compensação de ausências;

II-

III- Até cinco(5) dias após o período de recuperação final, homologar o conceito final definitivo.

§ 1° - Os Conselhos de Série e de Classe não homologarão o conceito final definitivo no caso de descumprimento das normas relativas à verificação do rendimento escolar, prevista neste regimento, tem como das disposições relativas à época, duração e sistemática do processo de recuperação constantes do Plano Escolar.

§ 2°

§ 3° - As decisões dos Conselhos, devidamente fundamentadas, deverão ser lavradas em atas:

Artigo 92-O Plano Escolar deve programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado pelo pessoal técnico, administrativo e docente da escola.

Artigo 94 - O Plano Escolar deverá conter, no mínimo:

I-

II-.....

III- Definição da organização geral da escola quanto a:

a)

b).....

c)

d) normas para avaliação, recuperação e promoção;

e) calendário escolar; (grifos nossos).

C - A Resolução SE n° 48, de 03 de abril de 1981, regulamentou, em âmbito estadual, as disposições relativas a estudos de recuperação e determinou alguns procedimentos:

"Artigo 2° - No Processo de recuperação deverão ser observados:

I - a caracterização nítida das hipótese de desempenho insuficiente, fundamental ao processo de recuperação a realizar-se no decorrer do ano letivo ou em época especial, visando capacitar o aluno ao acompanhamento normal das atividades de classe;

II - a devida importância a ser dispensada à recuperação feita no processo regular de aprendizagem, encarando como segunda alternativa aquela que se realiza em época especial

III- as características intrínsecas ao processo de recuperação que, em qualquer dos casos, implicam em um trabalho individualizado de orientação, acompanhamento e avaliação de estudos, capaz de levar o aluno a sanar as insuficiências recuperáveis em seu desempenho escolar;

Artigo 3° - Respeitado o disposto no artigo anterior e observadas as disposições contidas no Regimento Escolar, os estudos de recuperação serão obrigatoriamente proporcionados pelo estabelecimento de ensino.

Artigo 4° - O processo de recuperação desenvolver-se-á;

I - ao longo do ano letivo, sob a responsabilidade do professor da disciplina ou da classe;

II- como recuperação final, obrigatória, independentemente do número de alunos, em época especial, observadas as instruções contidas nesta Resolução;

Artigo 6° - No planejamento e execução das atividades destinada a alunos encaminhados a processo de recuperação final, o professor da classe ou da disciplina deverá:

I - identificar individualmente as insuficiências recuperáveis apresentadas pelos alunos;

II - programar as atividades que assegurarão a consecução dos objetivos essenciais não atingidos pelo aluno;

III- divulgar entre os alunos a programação a ser desenvolvida;

IV-.....

V- proceder à avaliação dos alunos submetidos a estudos de recuperação final, conforme calendário previsto;"

Evidencia-se, assim, após o levantamento dos dispositivos que regem a questão que, do ponto de vista da estrutura legal da recuperação, as exigências regimentais foram cumpridas pois: foi realizada a recuperação; reuniu-se o Conselho de

classe tanto para homologação da avaliação final do professor, quanto para atendimento do recurso impetrado pelos pais junto-à escola; o professor participou dos Conselhos de Classe e avaliou os alunos em múltiplos instrumentos avaliatórios tanto ao longo do ano letivo, como na recuperação final. Fica, no entanto, também, evidente, s.m.j., a partir da exposição acima, que os procedimentos pedagógicos inerentes ao processo de avaliação e recuperação, precisam ser analisados, tais como a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a real função dos Conselhos de Classe ao confrontar o resultado de aprendizagem dos alunos, em questão, nos diferentes componentes curriculares, na média da classe, a caracterização das deficiências passíveis de recuperação no final do período letivo, a realização ou não de recuperação paralela ao longo do ano letivo, etc... Esta análise conduz, por sua vez, à segunda questão retromencionada (fls. 07 da informação A.T.) em que é mencionada a competência de intervenção do Colegiado no processo avaliatório da escola, em função da constatação de irregularidades que prejudiquem os alunos.

Assim, analisando os instrumentos constantes nos autos e, atentamente, as provas dos interessados, esta Assistente Técnica, originalmente professora de Português, menciona alguns pontos para ponderação, no julgamento final.

Em primeiro lugar, observa-se que o profissional encarregado da disciplina Língua Portuguesa apresentou um trabalho sério, dedicou-se a ele oferecendo aulas de reforço em horário diferente do seu e planejou adequadamente suas atividades curriculares. Estas aulas extras, ao que parece, pois o Pleno Escolar não veio juntado aos autos, não se constituíram, contudo, em recuperação contínua, ao longo do ano letivo, com registro próprio e programada por Conselho de Classe. A recuperação paralela, preceituada no Artigo 88 do Regimento acima citado e no inciso II do Artigo 2º da Resolução SE N°48/81, é fundamental num processo de ensino-aprendizagem mais harmônico, encadeado, com retorno constante, para fixar o conhecimento ou aprender a partir de uma abordagem diferente.

No caso específico de Vladimir de Lima Júnior, por exemplo, que obteve, no 1º bimestre, somente, conceito D, a recuperação pararela sanaria esta defasagem, pequena, pois, inicial, livrando-o de uma recuperação final e facilitando-lhe o aprendizado dos conteúdos seguintes. Observa-se que, mesmo assim, o aluno obteve média nos bimestre seguintes.

O Parecer CFE 2164/78 enfatiza a importância da recuperação pararela e assim se exprime com relação à recuperação final ou interperíodo. -"Esse é o tipo de recuperação mais utilizado pelas escolas... E é doloroso constatar que, nesse caso os alunos, que "ficam para recuperação", assistem às mesmas aulas, fazem os mesmos exercícios, cumprem as mesmas tarefas... Se um programa escolar, numa perspectiva de educação integral, persegue muitos objetivos, tais como: a assimilação de informações, a compreensão, o desenvolvimento de habilidades, sentimentos e percepções, um outro aspecto, que pode ser questionado, é porque "a recuperação" além de não distinguirem as necessidades dos alunos, quase sempre se voltam apenas para recuperar informações." (Grifos nossos).

Em continuidade, aplicando o entendimento do Parecer acima, deve-se refletir sobre o número de avaliações aplicadas aos alunos:

crê-se que, quatro, ao todo, num período de recuperação de fim de ano, normalmente curto (4 dias, no caso, - 8 a 12/12) não pressupõem a realização de um trabalho, anterior, de orientação individualizada, direcionado às dificuldades detectada nos alunos, ao longo do ano letivo; sugerem-se, a aplicação de uma revisão geral do conteúdo programático anual e, depois, quatro avaliações, que, em tese, significariam oportunidades de os alunos se manifestarem em atividades diversificadas, mas, pelo que se verifica, constituem-se (as 4 provas) em um único modelo de instrumento avaliatório (pois conteudísticas, com critério de correção rígido e quantitativo. Só obtinha "A" o aluno que não errasse -uma única questão (fls. 68-verso).

O nível do conteúdo das provas é elevado, bem como a exigência do professor, em termos de correção. Compatibilizando as

provas com o plano anual do professor, observa-se que foram aplicados os exercícios que abrangerem a programação de todo ano escolar. Analisando seu conteúdo, verifica-se que houve imprecisão na proposição das questões sobre Orações Subordinadas, pois, se pedido "separe e classifique as Orações Subordinadas Adjetivas" - o que se espera é a análise destas orações e não também a das Orações Principais, como depois pretendeu o professor, na correção. A proposta adequada, que não induziria à "falha" do alunado, seria, a de separação e classificação das orações que compõem os períodos compostos por coordenação ou subordinação; como afirmou a Supervisão de Ensino de São Bernardo do Campo, houve também engano do professor na análise das questões n°s 7 e 8 da parte B da prova de Orações Coordenadas e Subordinadas (exemplo, às fls. 40) que se classificam, respectivamente, como oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada adjetiva restritiva e não como oração substantiva objetiva direta e substantiva completiva nominal; foram feitas observações sobre a segunda prova gramatical, em nível de D.E., com os quais concordamos e, ainda, apontamos para possíveis enganos na correção da 3ª (terceira) questão, item d, e 4ª questão, item C, desta prova, só não confirmados em função da pouca nitidez da cópia xerográfica (exemplo-fls.51); a prova de compreensão de texto apresenta questões de entendimento subjetivo com diferenças muito sutis entre as alternativas.

Particularizando estas observações, ao se analisar cada interessado o que se percebe é o seguinte:

Vladimir de Lima Júnior - sua redação, às fls.11, que lhe valeria "pontos" no último bimestre, para encaminhamento ou não à recuperação é realmente cópia de texto usado em livros didáticos. Nas provas de recuperação, pode-se observar, na correção, um julgamento discriminatório com relação ao aluno, severamente avaliado em uma prova gramatical, prejudicado na segunda (orações coordenadas e subordinadas) pois enquanto obtém meio ponto em questões enunciadas impropriamente (fls. 52 e 53), sua colega, Viviane Périgo, obtém ponto inteiro pelas mesmas questões, analisadas de maneira idêntica (fls. 40 e 41). Usando o critério do professor, na prova de compreensão de texto, este interessado acertou 70% das

questões e obteve C (fls.54); sua colega Viviane Périgo atingiu 50% e obteve também C, (fls. 63) enquanto que Renata Cheni, acertando 40%(fls. 43) das questões, obtém D. Vladimir foi novamente avaliado rigorosamente, se comparado aos demais e sua última prova, a de redação(fl. 56), se encontra dentro dos parâmetros esperados para esse nível, em termo de língua e criatividade. Parece óbvio, salvo melhor entendimento, que houve prejuízo para o aluno, pois uma análise isenta, avaliando-se o todo do aluno, pelas suas provas e pelas notas bimestrais (D-C-C-C), classificá-lo-ia com menção C. Acrescente-se, ainda, que o interessado foi avaliado no conteúdo desenvolvido ao longo do ano letivo e não no do 1º bimestre, em que esteve defasado; que apresentou melhoria de rendimento, mantendo-se estável nos últimos bimestres; que sua ficha individual(fl.50) revela a ocorrência de apenas 4 menções D, ao longo do período, no total das disciplinas.

Renata Aparecida Cheni - suas menções bimestrais em Língua Portuguesa foram D-D-C-C e 5º conceito D; fez estudos de recuperação em Matemática, conseguindo aprovação, e em Língua Portuguesa, obtendo nas provas C-D-D-D e ficando, portanto, retida na série. As reflexões sobre o critério avaliatório do professor, sobre o tratamento pedagógico dado à recuperação permanecem; apenas, não se constatou, neste caso, procedimento discriminatório ou prejudicial à aluna; pelo contrário, os lapsos gramaticais do professor só a beneficiarão. No mérito, analisando-se suas provas e o todo de seu rendimento durante o ano(apenas 5 menções D, no total de disciplinas, no período letivo), conclui-se que a interessada teria condições de ser promovida, s.m.j., se lhe fossem ofertadas recuperações paulatinas, objetivas e provas menos abrangentes. Através de suas avaliações tem-se certeza de que a recuperação, nos moldes rerealizados, não atingiu seus objetivos, pois esta interessada saiu-se muito bem na prova final que avaliou o conteúdo do 2º semestre, em que obtivera C e C (conforme fls. 40 e 41 e 42 - provas e fls.95,96,97 e 98 - plano anual da disciplina) e pior na parte da prova, às fls. 42, que avaliou conteúdo do 1º semestre, em que obtivera D-D, semestre que, portanto, deveria ser o fulcro principal de recuperação da aluna.

Viviane Périgo - aluna que apresentou durante o ano rendimento equivalente às menções D-C-D-C, conceito final D, sendo

encaminhada para recuperação em Língua Portuguesa, em cujas provas finais obteve D-C-D-C. Pela ficha individual (fls.61), nota-se que é aluna de rendimento mais instável que os outros dois, apresentando, em alguns casos, decréscimo de aproveitamento. Ainda que se levem em conta as observações a respeito dos problemas que envolveram a avaliação do grupo, as provas desta interessada demonstraram mais insegurança em termos de conhecimento prático, menor domínio de conceituação e redação com mais deficiências gramaticais e criatividade ingênua.

Assim sendo, fica caracterizado nos autos que: -

-o Conselho de Classe somente acatou a posição do professor, não desempenhando seu papel que é o de examinar minuciosamente as provas e analisar as mudanças comportamentais do aluno com um todo, em todas as disciplinas, como o fizeram a D.E. de São Bernardo do Campo e, agora, essa Assistência Técnica;

-existe convicção de que as falhas cometidas pelo professor, na elaboração das provas e sua correção, prejudicaram pelo menos um dos interessados.

-a ocorrência de um tratamento pedagógico inadequado, no período de recuperação, provocou a retenção dos demais.

Portanto, considera-se que este seria um dos casos em que o Colegiado, salvo melhor entendimento, poderia tomar as providências cabíveis, determinando a promoção dos dois primeiros interessados (Vladimir de Lima Júnior e Renata Aparecida Cheni), providências estas que poderiam ter sido tomadas pelo Conselho de Classe ou pelo Conselho de Escola, sem acarretar mais danos à vida escolar dos interessados, que estão até agora à espera de uma decisão.

O exaustivo e cuidadoso trabalho da Assistência Técnica, que incorporamos como importante subsídio a esta apreciação, conclui por uma liminaridade na decisão do professor, que a própria Assistência Técnica reconhece, como um profissional que apresentou um trabalho sério e dedicado.

Tal liminaridade poderia dar espaço, para cada aluno especificamente, a uma aprovação, e é mesmo possível que um outro professor, se encarregando do exame puro e simples dos resultados das provas, analisando e comparando detalhes da correção, fosse favorável a alguns pontos a mais aos alunos. Mas é importante que se reconheça que os momentos de provas são apenas uma parte da vida acadêmica do aluno, que se desenvolve ao longo de todo um ano, observado diretamente pelo professor. A menos que se argumente sobre incapacidade ou mesmo inidoneidade do professor para esse acompanhamento, hipóteses que nem de leve foram sugeridas em todo o processo, este componente talvez seja o mais importante em todo o processo de avaliação. Essa é talvez a principal razão de se manter o mesmo professor durante todo um ano letivo, dificultando e, às vezes, mesmo impedindo mudanças no decorrer de ano. O acompanhamento do aluno pelo professor durante todo o ano, a sua avaliação da capacidade de expressão verbal, da capacidade de compreensão e da atitude geral do aluno com relação aos conhecimentos específicos da disciplina são elementos essenciais no processo de avaliação e sem dúvida têm um papel de primeira importância na decisão final do professor responsável. Essas apreciações são conduzidas pelo professor e é impossível substituí-las por resultados de provas que estão naquela faixa difícil de precisar, situada no limite de aprovação e reprovação. O sistema de avaliação, em que pese suas deficiências, somente se poderá manter se se der ao professor a responsabilidade de acompanhar o progresso do aluno durante todo o ano letivo, inclusive em comportamento, que não se refletem nos exames e provas.

As deficiências do atual sistema de avaliação, que a meu ver somente poderia ser corrigido mediante a total abolição de exames e notas, dão origem a casos dessa natureza. Não há como funcionar em sala de aula retirando do professor o seu método, o seu estilo, o seu julgamento de prioridades e isso se reflete, obviamente, nos seus critérios de avaliação. Exige-se, que o professor proceda com lisura e obedecendo a preceitos legais. Considerando que a rede escolar e estruturada mediante dispositivos legais, sempre há possibilidade de recurso contra procedimentos que não obedeçam a esses dispositivos.

Desde que se requer do professor a avaliação dos alunos mediante exames e notas de aproveitamento, haverá aqueles professores considerados mais "durões", outros mais "bonzinhos". Não há como evitar que alguns alunos, e em alguns casos também pais, colegas, supervisores e muitos outros, possam dizer "eu faria de outro modo", "eu não concordo com tal critério" e aí por diante. Isso é intrínseco ao sistema, sempre foi e será assim, e não há como evitar esse fato.

Cabem algumas considerações gerais sobre todo o procedimento contido neste Processo. Causa-nos certa apreensão notar um evidente profissionalismo, coordenado, na apresentação dos recursos pelas mães dos interessados. Em primeiro lugar, todos seguem o mesmo roteiro, utilizam praticamente a mesma linguagem e argumentos. Cumpre também notar que os recursos, ao que tudo indica escrito pela mesma pessoa, foram interpostos pelas três progenitoras no dia 17 de dezembro de 1986 e o Conselho de Classe reuniu-se prontamente e tomou sua decisão final no dia 23 de dezembro de 1986. No dia 08 de janeiro de 1987, também com a mesma redação, foram encaminhados ao Delegado de Ensino da 2ª D.E. de São Bernardo do Campo e no dia 21 de janeiro de 1987 foram encaminhados, também com a mesma redação, ao Conselho Estadual de Educação e aqui protocolados, já com os filhos matriculados na mesma série em que não obtiveram aprovação. Segundo, a argumentação, em linguagem profissional, interfere diretamente na ação do professor e na sua prática pedagógica, da qual é parte

integrante seu método de avaliação. Poder-se-ia chegar a pensar na existência de profissionais especializados na apresentação de recurso dessa natureza.

Foi exigente o professor? É possível, porém não há qualquer elemento para sugerir que tenha sido irresponsável. Muito pelo contrário, as provas de recuperação foram preparadas e julgadas com muito cuidado e interesse pela professora. Preocupa-nos sobretudo a maneira que observações da mesma natureza e revelando mesmo convergência de argumentação com aquelas constantes nos recursos, podem ser encontradas, após uma leitura cuidadosa, no parecer da Supervisora de Ensino da C.E.R.M.G.S.P. -D.R.E.-6-Sul - 2ª Delegacia de Ensino de São Bernardo do Campo, (fls.85 a 91) e que encontram eco no parecer do A.T. de O. Educacional da C.E.R.M.G.S.P. - D.R.E.-6-Sul (fls. 100 a 103).

É muito claro o parecer do Diretor da E.E.P.S.G. "Maria Iracema Munhoz" (fls. 82) no que se refere à atitude da professora, sua dedicação ao ensino e ao funcionamento e decisões do Conselho de Classe.

Cumpra finalmente notar que os três alunos estão cursando a 8ª série, dois em outra escola e um em outro período, na mesma escola.

3-CONCLUSÃO:

Mantenha-se as decisões da professora e do Conselho de Classe da 8ª série da EEPSEG "Maria Iracema Munhoz", tomadas no dia 23 de dezembro de 1986, pela retenção dos alunos Vladimir de Lima Júnior, Renata Aparecida Cheni e Viviane Périgo, na 8ª série.

São Paulo, 03 de novembro de 1987

a) Consº Ubiratan D'Ambrósio
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de dezembro de 1987

a) Consº FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Vice-Presidente no exercício da
Presidência